



## **Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Mak Soi Kun**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita apresentada pelo Deputado Mak Soi Kun, de 8 de Outubro de 2014, enviado a coberto do ofício n.º 879/E715/V/GPAL/2014, da Assembleia Legislativa e recebido pelo Gabinete do Chefe do Executivo a 10 de Outubro de 2014:

O Governo da RAEM tem dado grande atenção, não só à missão de cultivar o amor à Pátria e a Macau, dos cidadãos locais, como ainda, e nomeadamente, à qualidade moral e educação cívica dos jovens e estudantes. Os Serviços envolvidos, voltando o seu olhar para as escolas e vários sectores da sociedade, procuram, através de novas políticas, cursos, formação docente, trabalhos juvenis e educação comunitária, reforçar a qualidade moral e a consciência cívica dos estudantes, impulsionar o “amor a Macau e à Pátria” das gerações mais novas e a sua compreensão da Lei Básica, bem como fortalecer o espírito racional e a capacidade de participação na sociedade.

Quanto ao nível das políticas e planeamento, a necessidade de fomentar nos estudantes o “amor pela Pátria e por Macau, as boas qualidades morais e o sentido de observância da disciplina e cumprimento da lei”, bem como os “dignos valores morais e o espírito democrático”, definidas expressamente na Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, proporciona uma protecção de regime, no domínio do reforço da qualidade moral e educação cívica das escolas. Além disso, o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020) considera o “reforço dos valores morais e educação cívica” como orientações de políticas importantes; as “Políticas da Educação Moral para o Ensino Não Superior” exigem também o desenvolver nos estudantes, através do reforço de seus conhecimentos e identificação com Macau, uma boa consciência cívica e sua capacidade de participação activa na sociedade.

Quanto a cursos e material de ensino, o Regulamento Administrativo n.º 15/2014 - Quadro da organização curricular regular do regime escolar local, publicado este ano,



define que as escolas devem ministrar, em cada área de aprendizagem dos ensinos primário, secundário e complementar, cursos de “Educação moral e cívica” (Texto para recolha de comentários) e a “competência académica básica” desta disciplina estabelece, expressamente, que as escolas devem promover nos alunos uma consciência cívica básica e uma moral social, ajudando-os a conhecer a Lei Básica e os seus direitos e deveres de cidadãos, a aprimorar o amor à Pátria e a Macau para lhes permitir poderem valorizar as belas tradições culturais do país, etnias e Macau, conhecer a sua identidade nacional, prestar atenção ao desenvolvimento do país e Macau, bem como formar, logo a partir do despertar para a vida, o sentido da consciência democrática e do direito e a capacidade de servir a sociedade. Por este motivo, a DSEJ incumbiu a uma instituição profissional a elaboração de material escolar na área da disciplina “Educação moral e cívica”, com vista a apoiar as escolas na concretização das exigências referidas.

Quanto à formação de docentes, a DSEJ tem vindo a dar execução, a partir do ano lectivo 2010/2011, a vários “projectos de investigação da Lei Básica”, orientados para os docentes principais que leccionam a disciplina “Educação moral e cívica” e, ao mesmo tempo, a proporcionar formação profissional, tendo presente a situação actual da China e da RAEM, a docentes desta área. Presta ainda atenção à criação de uma equipa de trabalho ético e de moral na escola e estimula as escolas a formarem o “Grupo de trabalho ético e de moral”; realiza actividades de intercâmbio, como: a reunião para a permuta de professores de turma para impulsionar as escolas a desenvolverem, sob a forma de ajuda, os trabalhos da educação moral e cívica; reforça a comunicação entre os professores e os pais, para que os alunos possam crescer num ambiente de democracia, aberto e de respeito.

Quanto aos assuntos juvenis, a Política de Juventude de Macau (2012-2020), publicada em 2013, mira incentivar os jovens a participarem na sociedade, tendo-a como orientação das políticas, e apresenta uma série de medidas concretas no quadro do trabalho voluntário e do associativismo juvenil. Nos anos mais recentes, a DSEJ não deixou de organizar os alunos do ensino primário, com vista à sua participação nas actividades interactivas, realizadas, no Dia Internacional da Criança, pela Guarnição do Exército de Libertação em Macau; de desenvolver “Jornadas de Educação sobre Águias Voadoras Amar a Pátria e Amar Macau”, “Jornada de Educação da Defesa Nacional”, “Campismo educacional para os alunos do ensino



secundário” e “Acampamento Militar de Verão para Jovens e Estudantes de Macau”; de realizar, ainda, em cooperação com instituições do Governo Popular Central, estabelecidas em Macau, as “Actividades da divulgação de conhecimento diplomático” e o “Projecto de investigação sobre a situação actual da China para os jovens de Macau”, que conseguiram bons resultados.

Quanto às actividades de estudantes e educação comunitária, a DSEJ, através da realização anual das actividades “Cerimónia do hastear da Bandeira Nacional pelo sector escolar de Macau no Dia da Juventude”, “Formação sobre a situação actual da China” e “Acampamento de Verão do intercâmbio entre os estudantes de Pequim, Hong Kong e Macau”, teve em vista promover o sentido de identificação das gerações mais novas com o país e a etnia, aumentar a sua compreensão sobre o princípio “Um país, dois sistemas” e reforçar o seu próprio comprometimento. Desde 2010, a DSEJ, através do programa de televisão “Educação e Juventude Dinâmica”, tem vindo a elaborar, nos programas da Lei Básica, em ordem a introduzir, através de curtas peças de teatro, os conteúdos que mais se relacionam com os cidadãos; a cooperar, em anos consecutivos, com os respectivos Serviços e instituições, na realização de actividades educacionais, visando a difusão da Lei Básica, como: seminários, concursos à base de perguntas e respostas sobre a Lei Básica e legislação, exposições itinerantes no interior da China, concursos de design de jogos de tendinhas, concursos de preenchimento a cores por crianças, arraiais, etc.

Com vista a impulsionar a educação patriótica cívica, reforçar o conhecimento da Lei Básica dos cidadãos e divulgar o espírito do amor à pátria e a Macau, o Governo da RAEM realizou, em 2007, uma exposição permanente de imagens na Sala de Exposição do Fórum de Macau. Em 2013, com base na exposição de imagens, instalou um museu específico – Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau, onde, para além da exibição de imagens e de colecções, há serviços de visita guiada nas línguas de Cantonense e Mandarim, mediante marcação prévia das associações e escolas. Por ser uma base educacional da promoção de longo prazo da Lei Básica, a Galeria Comemorativa acolhe ainda um arquivo histórico com um acervo actual de mais de 1 700 livros e instalações informáticas para consulta dos cidadãos de jornais, revistas e colecções da Lei Básica.

Comemorando o 20.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica da RAEM, o Governo da RAEM realizou, em 2013, em cooperação com a Associação de



Divulgação da Lei Básica de Macau, o Concurso de composições sob o tema “O Meu Sonho Chinês” e colóquios sobre o 20.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica da RAEM. O Concurso registou uma participação activa e recolheu cerca de 300 obras, que reflectem, no seu todo, o amor à Pátria e a Macau dos cidadãos; para os colóquios, convidaram-se representantes dos vários sectores da sociedade e específicos de áreas diferentes, a fim de abordarem a execução actual da Lei Básica, preocupações com questões sociais dos cidadãos, etc., com vista a aprofundar nas pessoas a compreensão da Lei Básica.

Em 2012, o IACM lançou o projecto “Uma passeata pelas ruas de Macau”. Através de uma visita cultural guiada ao pormenor com diversos itinerários, houve em vista criar uma relação, que eventualmente existisse, entre incidentes históricos, pessoas célebres e ruas. Visando a exploração das relíquias e construções existentes nas ruas, as pessoas, calcorreando artérias fascinantes e becos recônditos em busca da sua história e impressões deixadas por figuras eminentes do passado, iam detectando as mudanças verificadas no decorrer do tempo e, naturalmente, as conotações culturais que as ruas espelhavam. Este projecto, não só serve para o público conhecer o ambiente e a atmosfera locais, como também para aumentar o seu sentimento de pertença e de identificação com o Território.

No futuro, o Governo da RAEM irá continuar a reforçar a educação do “amor à Pátria e a Macau”, elevar o efeito da sensibilização escolar, cooperar activamente com os diferentes sectores da sociedade e, nomeadamente, estimular a responsabilidade social e participação dos jovens, para que vigore, no meio local, um ambiente são e uma boa atmosfera da educação cívica.

Aos 21 de Novembro de 2014.

O Presidente do Conselho de Administração  
Vong Iao Lek